

USOS POLÍTICOS DO PASSADO: O(S) VINTE(S) DE SETEMBRO NA RETÓRICA POLÍTICA SUL-RIO-GRANDENSE

RODRIGO EMANUEL PRESTES LOPES^{*}

RESUMO

Partindo-se de discursos políticos do tempo presente sobre as “origens políticas” sul-rio-grandenses, questiono sobre a mitologia política e os usos políticos do passado como arma de argumentação retórica de atores políticos na imprensa do Rio Grande do Sul, do início do século XXI e do final do século XIX. Comparo como são os discursos de jornalistas letrados sul-rio-grandenses para legitimar uma guerra civil no solo da “pequena pátria rio-grandense” e na “grande pátria brasileira”, em 1891 e 1892, e os discursos políticos de expressivos membros do poder executivo do Rio Grande do Sul da época atual. As práticas de construção de uma identidade com o passado e os usos políticos da história são uma luta pela representação simbólica da própria história. Uma disputa, cada qual, para se legitimar como os verdadeiros herdeiros políticos de um passado mitificado. Analiso como se constituíram tais discursos e como os atores políticos fazem usos do “vinte de setembro”, data em que se comemora no Rio Grande do Sul o início da revolta farroupilha de 1835, como arma política e argumentação retórica.

PALAVRAS-CHAVES: Discurso Político; Usos do Passado; Vinte de Setembro.

ABSTRACT

Based on the current political discourses on “political origins” of the Brazilian State of Rio Grande do Sul (RS), this study discusses the political mythology and the political uses of the past as a weapon of rhetorical arguments of political actors in the press of RS, by the early 21st and late 19th centuries. The discourses of intellectual journalists of RS to justify a civil war on the ground of “little homeland Rio Grande” and “great Brazilian nation”, in 1891 and 1892, are compared with significant political discourses of members of the executive power of RS nowadays. The practices of building an identity with the past and the political uses of history are a struggle for symbolic representation of history itself. In a

^{*} Licenciado e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
E-mail: rodrigoep1@gmail.com

dispute, each side seeks to legitimize itself as the true political heirs of a mythologized past. Thus, it is analyzed how these discourses were formed and how political actors make use of the day “September 20th”, when it is celebrated in RS the beginning of the *farroupilha* revolt of 1835, as a political weapon and rhetoric argumentation.

KEY-WORDS: Political speech; uses of the past; September 20.

A história é muito estudada em nossos dias: mas parece-me que, na verdade, as pessoas se servem dela mais do que a estudam. Da mesma forma, todos os partidos invocam a história em proveito próprio, chamam-na em seu auxílio, fazem dela um instrumento ou uma arma. Talvez fosse sensato começar por conhecê-la. Observem nossos jornais, órgãos das diferentes opiniões que nos dividem; a história enche metade das colunas, e para apoiar suas próprias teorias, todos citam a história com uma segurança inabalável, como se ela pudesse sustentar as doutrinas mais contraditórias (COULANGES, 1867, apud HARTOG, 2003: 303).

INTRODUÇÃO

A apropriação de um passado heroicizado como o do mito “gaúcho” e da “revolução farroupilha” tem o pressuposto de se utilizar num discurso político, por parte daqueles que o professam, como os herdeiros de uma história guerreira, legatários de uma guerra épica, carregada de aura mítica (GIRARDET, 1987), que pelo discurso político seria transferida para a pessoa que a invoca ou para o partido que representa.

Nos dias de hoje, vereadores, prefeitos, deputados, governadores e senadores nunca se esquecem dos exemplos dos “homens ilustres” e dos “heróis” que o passado nos “transmitiu”. Não importa qual seja o partido ou a sua ideologia política, a grande parcela dos políticos faz usos políticos do passado toda vez que querem recriar uma identificação de lutas, sucessores de uma suposta tradição histórica, fazendo apelos ao “povo” para que se lembrem das nossas “origens”.

É muito rentável politicamente se apropriar de uma identidade que é compartilhada por uma grande parcela da sociedade, influenciada por uma cultura histórica (LE GOFF, 1990: 48) tradicional e conservadora. Ainda mais no Rio Grande do Sul, um estado em que a institucionalização e o comemoracionismo do passado (CATROGA, 2005) é uma marca presente na ritualização cívica desta sociedade. Onde a institucionalização de cultos aos heróis age como uma homogeneização dos seus mitos (CARVALHO, 1990).

Formalizada em uma “tradição gaúcha” construída e reproduzida continuamente (HOBSBAWM, 1984: 9) sobre seus “heróis”, os usos políticos do passado formam uma poderosa arma para se criar uma representação convincente do agir e do fazer-se politicamente (HARTOG; REVEL, 2001). Com a finalidade de impregnar as mentalidades e o imaginário (CASTORIADIS, 1982) com valores construídos e fortalecer a legitimidade política, os atores políticos usam o poder para institucionalizar simbolismos, apoderando-se do controle dos meios que formam e guiam o imaginário coletivo (BACZKO, 1985: 310). E as lutas de representação têm a sua importância para os historiadores, pois há nelas uma luta por parte dos grupos em disputas para impor seus valores e concepções de mundo (CHARTIER, 1990: 17).

1. OS USOS POLÍTICOS DO “VINTE DE SETEMBRO” NO INÍCIO DO SÉCULO XXI

Muitos políticos sul-rio-grandenses são contraditórios em suas oratórias e discursos retóricos (REBOL, 2004: 139-161). No começo de cada discurso se autodenominam “diferentes” um dos outros, mas no final, pronunciam quase num coro ensaiado: “somos todos gaúchos”.

É fácil ver esses exemplos de usos do passado nas páginas dos jornais de maior circulação do Rio Grande do Sul, artigos de políticos influentes tomando para si as “qualidades republicanas” de Bento Gonçalves ou de Giuseppe Garibaldi. Se lermos os artigos que saem todos os anos no dia 20 de setembro, veremos os políticos quase lamentando não terem vivido no tempo dos seus heróis, como este escrito pelo senador Paulo Paim (PT):

Às vezes, chego a sonhar com o toque de clarins e o bater de cascos da cavalcada. [...] alguns continentistas municipais com garruchas e lanças deram início a uma das maiores epopeias da humanidade. Somos uma gente aguerrida que não se entrega frente às adversidades. Ah, como é gigante esse nosso Rio Grande velho de guerra, [...] Rio Grande dos heróis, Rio Grande dos presidentes, Rio Grande dos trabalhadores, Rio Grande da história que tem gravada em seus registros o memorável feito da Revolução Farroupilha (PAIM, 2008).

Bastam os dias se aproximarem do “vinte de setembro” para o senador Paulo Paim sonhar com clarins e cascos de cavalos. Uma expressiva liderança política que fez carreira defendendo as lutas dos trabalhadores confessando em um artigo sentir “saudades dos farrapos” é surpreendente.

O ex-governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto (PMDB), que foi candidato a uma vaga ao senado pelo Rio Grande do Sul, no último pleito de 2010, se expressou em um artigo tratando da identidade gaúcha da seguinte forma:

A Semana Farroupilha comemora, claro, a saga de heróis de guerra que lutaram contra o governo imperial brasileiro na defesa dos interesses rio-grandenses. Ou seja, celebramos esta nossa matriz valente e despojada, de um povo que não verga a espinha diante do poder, da injustiça e da ilegalidade. É uma marca que se faz sentir até hoje no cotidiano dos trabalhadores, no nosso jeito de fazer política e até no estilo de futebol que aqui se joga. [...] O Tratado de Ponche Verde é um belo exemplo. Ele pôs fim à Revolução Farroupilha e reintegrou o Estado ao Brasil. Ali, por opção e civismo, reafirmamos a unidade nacional, mas não abrimos mãos das genuínas características deste povo sul-brasileiro. A própria Semana Farroupilha é a própria Semana do Rio Grande, a festa do que somos, desta terra cosmopolita e acolhedora em que vivemos. Somos diferentes, mas ao mesmo tempo somos iguais (RIGOTTO, 2008).

Germano Rigotto, influenciado ainda pelo mito da democracia pastoril e da harmonia da estância, vê o passado como um cenário romântico de liberdade, de trabalho e de diversidade étnica. Para Rigotto, a “nossa matriz valente e despojada” herdeira da “saga de heróis de guerra”, está presente até os dias de hoje em “nosso jeito de fazer política e até no estilo de futebol que aqui se joga”. O ex-governador, e na época candidato a senador, termina o seu texto com o clichê “somos diferentes, mas ao mesmo tempo somos iguais”. Porém Rigotto foi mais criativo comparado com o artigo assinado por Paim. Pois num país como o Brasil onde o futebol é um forte elemento formador da identidade nacional e da cultura popular, o autor marca uma diferença do estilo de se jogar futebol no Rio Grande do Sul, um futebol “criollo”, apontado como uma das nossas supostas qualidades e diferenças ao restante do país.

A ex-governadora Yeda Crusius (PSDB), no dia 14 setembro de 2009, ainda como chefe do executivo no Rio Grande do Sul, protagonizou uma cena cômica na abertura das comemorações oficiais e institucionalizadas da “Semana Farroupilha”. Cena cômica, mas que por pouco não se transformou em uma tragédia. Os atos oficiais iniciavam com o acendimento da propalada “chama crioula”, em frente ao palácio do governo, em Porto Alegre. A governadora “vestida de prenda” deveria, num ato apoteótico, pôr fogo num candeeiro. Neste ritual de tradições inventadas (HOBSBAWM, 1984), viu-se surpreendida pela grande labareda que se formou a menos de um metro de distância

do seu rosto. Um vídeo com os derradeiros instantes dessa teatralização do passado foi reproduzido numa emissora de televisão, tendo repercussão nacional¹. Passado o susto, Yeda Crusius não se deixou abalar pelo constrangimento e seguiu com desenvoltura o protocolo do cerimonial oficial. Afinal de contas, não eram apenas “ossos do ofício”, ela precisava passar uma boa imagem para a opinião pública, pois seu governo, já havia alguns meses, estava com a imagem arranhada por várias crises políticas e por diversos tipos de denúncias. Durante aquela semana, Yeda Crusius seguiu à risca a encenação do ritual da Semana Farroupilha, e no dia 19 de setembro transferiu simbolicamente a sede do governo do Estado para a antiga casa do líder farroupilha Gomes Jardim, na cidade de Guaíba. Essa cidade é reivindicada pelos seus políticos locais como o Berço da Revolução Farroupilha, pois teriam os líderes da revolta organizado a invasão de Porto Alegre, supostamente sentados à sombra de um cipreste secular, e de lá atravessado o lago Guaíba em pequenas embarcações, no dia 20 de setembro de 1835 (O GUAÍBA, 2008).

O ex-governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra (PT), também não ficou para trás no quesito de “rememorar os nossos grandes heróis”. O próprio se deu ao deleite de declamar uma poesia de sua autoria, juntando trechos do hino sul-rio-grandense com os seus próprios versos, na campanha eleitoral para governador do Estado do Rio Grande do Sul, em 2006. Os referidos versos foram declamados num programa de rádio, no “glorioso” vinte de setembro daquele mesmo ano, no espaço reservado ao seu horário eleitoral gratuito. O local da declamação era em pleno “Acampamento Farroupilha”, no Parque da Harmonia, em Porto Alegre.

Como a aurora precursora do farol da divindade. / Nasceu este povo destemido, gente decidida que sempre buscou na vida a dignidade. / Povo acostumado a enfrentar com pala, o mate, sorriso largo, toda e qualquer dificuldade. / Mostremos valor, constância, pois é chegada a hora de recuperarmos o tempo perdido. / Rio Grande de ninguém tirano e de ninguém escravo. / Mas não basta para ser livre, ser forte, aguerrido e bravo. / É preciso voltar a crescer. / Vamos mostrar nosso valor. / Em cada canto deste pago, florescerá a força do nosso povo e a certeza de que o bom sinuelo é o da Frente Popular. / Dia primeiro de outubro vamos votar na retomada do desenvolvimento. / E sirvam nossas façanhas de modelo a toda terra (DUTRA, 2006, apud TREIN; BAGGIOTTO, 2007).

¹ O vídeo “Yeda Crusius quase pegando fogo” está em: www.youtube.com/watch?v=y-vPw-dPVAY

Mas não nos surpreendemos com um poema remetendo ao hino sul-rio-grandense, feito para se louvar o ano de 1835, declamado num local especialmente criado por tradicionalistas desde 1987 (ZALLA, 2009), como ponto de reunião para que habitantes da capital do Estado pudessem teatralizar a suposta vida nos pampas gaúchos do século XIX, onde os heróis de Olívio reinavam como verdadeiros “monarcas das coxilhas”. Mas temos que fazer uma pequena ressalva, pois Olívio Dutra sempre se identificou com os feitos campeiros de ser, algo que podemos definir como já inculcados (HOBSBAWM, 1984: 9) na sua cultura histórica.

Logo no início do poema, Olívio declama: “Como a aurora precursora do farol da divindade. / Nasceu este povo destemido, gente decidida que sempre buscou na vida a dignidade [...]”. Nesse trecho notamos a reprodução da historiografia tradicional, em que as origens da identidade regional e política teriam nascido com os “farroupilhas”. Visão historiográfica e política que ignora até mesmo as populações indígenas que habitavam a região muito antes dos primeiros europeus. Pode-se perceber que o objetivo maior do poema-propaganda nada mais era que sensibilizar os indecisos para o pleito do dia 2 de outubro que se aproximava. Devemos lembrar que nas pesquisas eleitorais existia até aquele momento da eleição uma verdadeira rejeição a Olívio e ao PT, no Rio Grande do Sul. A tática dos marqueteiros e de Olívio Dutra foi associar a sua imagem como homem simples e de lutas políticas sindicais com a imagem e os símbolos da geração de 1835, ou seja, mais um exemplo dos usos políticos do passado.

Parece que estes nossos ícones das disputas políticas do tempo presente não fizeram a mínima cerimônia de representar caricaturalmente uma história já contada e recontada. Cômicos e burlescos, na forma e no enredo, patéticos até ao ponto de nos fazer ter vontade de rir. Mas tais atos são preocupantes, pois mostram como são encaradas e representadas a história e a política no Rio Grande do Sul por parte das principais lideranças e nos diversos partidos políticos.

2. USOS POLÍTICOS DO “VINTE DE SETEMBRO” NO FINAL DO SÉCULO XIX: OS JORNAIS *O RIO-GRANDE* E A REFORMA CONTRA O CASTILHISMO

O processo histórico de consolidação da República brasileira começou marcado por uma série de tensões e conflitos, tanto no plano nacional quanto no regional. Ocorreram confrontações de interesses, nos quais diversos grupos sociais possuíam diferentes posições quanto à orientação da política econômica e quanto à forma de organização do

poder político (PESAVENTO, 1983: 72). Os primeiros anos da República se caracterizaram por acirradas divergências e visões políticas (OLIVEIRA, 1989: 175-176). O movimento republicano em si próprio já era historicamente muito heterogêneo, contendo: grupos ligados aos cafeicultores; outros mais jacobinos, ligados aos setores médios, e havia também os positivistas, admiradores de Augusto Comte (CARVALHO, 1990: 25-28; CARVALHO, 2002: p. 61-87).

O Rio Grande do Sul foi um caso típico dessas manifestações políticas, onde as disputas resultaram em violentos confrontos em relação aos interesses sob a orientação político-econômica e quanto à forma de organização do poder político (FLORES, 1992). Com o golpe de 15 de Novembro, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), ao subir ao poder, produziu um verdadeiro expurgo dos membros do Partido Liberal (PL) nos postos de governo do novo regime republicano instituído (LOVE, 1975: 43).

As medidas tomadas desencadearam ódios e ressentimentos, gerando de imediato não só a instabilidade política, mas ainda a reação articulada do grupo do PL apeado do poder. Também gerou reação interna no próprio partido PRR, onde uma expressiva ala dissidente não aceitou de braços abertos o castilhismo positivista como forma de governo (FÉLIX, 1987: 52).

Uma das decorrências desses conflitos históricos foi a reação por parte da oposição política, manifestada explicitamente nos seus periódicos político-partidários. A imprensa nos períodos de crises políticas e de situações revolucionárias se fez presente nos momentos decisivos. Seus redatores políticos e jornalistas ajudaram a inflamar ainda mais a atmosfera revolucionária. Agiam como armas poderosas nas lutas ideológicas, onde a disputa pelo poder constantemente era também pelo domínio da opinião pública (DARTON; ROCHE, 1996: 15). A pesquisa e a análise de jornais desse período são uma fonte histórica (LUCA, 2005: 111-153) importante para acompanharmos os desdobramentos das discussões a respeito da forma de organização do poder político que estes grupos defendiam e pelo qual também explicitamente criticavam (ALVES, 1997: 45-58).

O periódico *A Reforma*, de Porto Alegre, braço político desde o final da década de 1860 do Partido Liberal (PL), sob a liderança de Gaspar Silveira Martins, sempre exerceu grande força política, contribuindo para a propaganda e consolidação do PL no Rio Grande do Sul no período do Império (MIRANDA; LEITE, 2008: 85). Teve também grande atuação na República, tanto no enfrentamento ao governo de Júlio de Castilhos, no âmbito regional do Rio Grande do Sul, quanto em relação a Deodoro da Fonseca e a Floriano Peixoto, em âmbito nacional (LOVE, 1975: 22).

O jornal *O Rio-Grande*, de Porto Alegre, criado no segundo semestre de 1890, foi o instrumento propagador dos ideais dos republicanos dissidentes, que o lançaram para fazer oposição política ao governo deodorista-castilhistas, na relação federal e estadual. Esse jornal circulou até o segundo semestre de 1893 (RIBEIRO, 1992: 48).

O porto-alegrense que no dia 19 de setembro de 1891, sábado, estivesse caminhado pela Rua dos Andradas, ao passar em frente ao número 286, sede do jornal *O Rio-Grande*, periódico político dos republicanos dissidentes, poderia comprar uma edição daquele dia; seria um dos dois mil e quinhentos exemplares que eram impressos diariamente. Já na primeira página encontraria um artigo cujo título seria “20 de Setembro”, de autoria do diretor interino, Dinarte Ribeiro. O texto glorificava a data que dava título ao artigo, dizendo que aquela data marcou a história do país e que “tinha sido escrita pelo heroísmo do povo rio-grandense”. Afirmava que aqueles “feitos heroicos” não existiam na “nacionalidade brasileira”.

Para o jornal *O Rio-Grande*, o “povo rio-grandense” deveria se espelhar nos feitos do passado para sentir novos estímulos para empenhar-se pela vitória definitiva do pensamento que inspirou os heróis de 35, pois “os exemplos que à sua pátria legou aquela varonil geração não foram perdidos. Eles servirão para incitar a fé e a coragem daqueles que se dedicam ao serviço da Pátria” (O RIO-GRANDE, 1891: 1).

Verificamos no artigo do jornal a tentativa de associação das lutas dos farroupilhas como sendo um grande exemplo de heroísmo para aqueles que lutavam no começo da República contra o centro do país. Ou seja, os “heróis farroupilhas” deveriam ser lembrados (HALBSWACHS, 1990; POLLAK, 1989) não só como heróis do Rio Grande do Sul, mas também como “verdadeiros heróis nacionais”.

José Murillo de Carvalho, analisando a necessidade dos republicanos de criar e difundir certos mitos de origem, ritos cívicos, personagens heroicos, símbolos unificadores e datas comemorativas, assinala que a imagem construída de Tiradentes pelos republicanos era para se chegar à construção do “verdadeiro herói nacional”: “A aceitação de Tiradentes veio, assim, acompanhada de sua transformação em herói nacional mais que em herói republicano” (CARVALHO, 1990: 71).

Alguns leitores que com o jornal *O Rio-Grande* em mãos dirigissem o olhar para a coluna da direita, já em outro artigo, de título “A epopeia de 35”, veria que a guerra farroupilha, segundo o jornal, teria “inspirado no seio da sociedade brasileira a aspiração republicana”:

[...] 54 anos depois do memorável movimento, o nosso torrão natal sente-se hoje, mais do que nos anos anteriores, na necessidade de bendizer o

nome de seus inclitos defensores; e, ao prestar essa dolorosa, posto que grata, homenagem de veneração aos beneméritos “farrapos”, o Rio Grande, conrito ante os insensatos desmandos com que pretendem desonrada a República, as imprecações provocadas pelo desvario daqueles que tudo desvirtuaram em política, maculando a memória dos bravos hoje recolhidos no Pantheon da história (O RIO-GRANDE, 19 set. 1891: 1).

Em tom sarcástico e irônico, o jornal *O Rio-Grande* também publica um texto em que acusa Júlio de Castilhos, então “Presidente do Estado”, por este não ter decretado atos oficiais para as comemorações do 20 de setembro no ano de 1891 (O RIO-GRANDE, 19 set. 1891: 1).

No texto argumentava-se que, se os cofres públicos podiam pagar “60 contos anuais ao presidente e aos seus secretários”, uma verdadeira fortuna na época, “então poderiam também destinar uma verba para as despesas de uma reimpressão de luxo” do primeiro livro publicado sobre a guerra farroupilha, o livro *Guerra civil no Rio Grande do Sul*, escrito por Tristão de Alencar Araripe², cuja primeira edição é de 1881. O autor da matéria, Ney Junior, sugeria que as fotografias de Araripe e de Castilhos poderiam ser gravadas na obra. Seria mais uma vantagem nas comemorações do dia 20 de setembro se colocasse estes dois “heróis hodiernos” ao mesmo nível da geração de 1835, demonstrando a “honrosa filiação histórica” de Castilhos e Araripe. Ainda sugeria que a reimpressão fosse feita na tipografia do próprio jornal *A Federação*, órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense (O RIO-GRANDE, 19 set. 1891: 1).

O jornal *A Reforma* de 20 de setembro de 1892, tendo como redatores políticos Apollinário José Gomes Porto Alegre³ e Wenceslau Escobar⁴, tinha, naquele dia, uma diagramação toda especial para

² Tristão de Alencar Araripe foi presidente de Província do Rio Grande do Sul (1876-1877); Ministro da Fazenda, de 22 de janeiro de 1891 a 4 de julho de 1891; Ministro do Interior, de 22 de maio de 1891 a 23 de novembro de 1891.

³ Appolinario José Gomes Porto Alegre (1844-1904). Foi professor no Colégio Ciro Pedrosa, Colégio Rio-Grandense, em Porto Alegre; vice-diretor do Colégio de José Ribeiro de Andrade e Silva; fundador do Colégio Rio-Grandense e fundador, professor e diretor do Instituto Brasileiro, ambos em Porto Alegre; fundador da Sociedade Literária Parthenon Litterario, em 1868, e da *Revista do Parthenon Litterario*, 1869-1879. Foi fundador do Clube Republicano 20 de Setembro. Ver: Silveira, 2008; Moreira, 1989; Porto Alegre, 1976: 229-231.

⁴ Wenceslau Escobar (São Borja, 1857–Rio de Janeiro, 1938). Formado em Direito, foi advogado, promotor público e juiz municipal em São Borja. Dirigiu a revista jurídica *A Lei*, publicada em Porto Alegre no ano de 1892. Na vida política, foi deputado provincial em 1881 e integrou o Partido Federalista; foi eleito para a Câmara dos Deputados Federais no período de 1906-1908. No ano de 1920 publicou o famoso livro *Apontamentos para a história da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Ver: Pistoia, 2009; Escobar, 1983.

comemorar a data de aniversário da “revolução farroupilha” (ROSSATO, 1999). Já no cabeçalho estava escrito em destaque: “Homenagem a Bento Gonçalves”. Todo o corpo da diagramação do jornal estava ornamentado com uma bonita borda ondulada para dar destaque à edição especial daquele dia (A REFORMA, 20 set. 1892).

Podemos ressaltar que uma diagramação especial já reproduz por si própria uma tentativa simbólica de glorificação política, pois as disposições de uma página podem afetar a construção dos sentidos dos textos (CHARTIER; CAVALLO, 1998: 37). Mas também é um ato de fazer crer que as lutas dos farroupilhas também eram as aspirações do jornal partidário *A Reforma* e de todos os seus colaboradores, pois num jornal, assim como num livro, encontramos

[...] senhas, explícitas ou implícitas, que um autor inscreve em sua obra a fim de produzir uma leitura correta dela, ou seja, aquela que estará de acordo com a intenção que o autor de um texto tem de produzir naquele que o lê. E nas próprias formas tipográficas: a disposição e a divisão do texto (diagramação), sua tipografia, sua ilustração (CHARTIER, 1996: 95).

Na capa do jornal aparecia, em proeminência, no canto superior esquerdo, a figura do brasão do Rio Grande do Sul. Tal brasão era a representação simbólica da República de Piratini, proclamada pelos farroupilhas durante a guerra. Após o dia 15 de Novembro, os dirigentes do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) se apropriaram do brasão e passaram a ostentá-lo na própria bandeira do Estado.

Também era objeto de veneração pelo jornal a figura de Giuseppe Garibaldi, rememorando os seus atos de heroísmo, tanto na América quando na Europa:

Vinte de Setembro, és um belo e grande dia! [...] Giuseppe Garibaldi, cuja vida foi uma cadeia de sacrifícios constantes, um batalhar, dia após dia pela causa democrática, não só de seu berço, mas, ainda de todos os povos que gemiam sob a pressão do férreo punho do despotismo. Foi aqui (A REFORMA, 20 set. 1892: 1).

O mito do herói Garibaldi tinha também a capacidade de difusão e enraizamento por ter lutado não apenas na Farroupilha, mas também na unificação italiana, por isso chamado o apelido “herói de dois mundos” já difundido pelo jornal.

Ora, também o jornal assinalava que o farroupilha foi “um padrão de inquebrantável civismo, bravura e abnegação pela pátria rio-grandense; os seus melhores dias consagrou-os à defesa de uma causa

reivindicadora da liberdade popular”. Notemos que a palavra “pátria” é utilizada para marcar a “pátria rio-grandense” e não a “pátria brasileira”.

No poema de Apolinário Porto Alegre em defesa da “pátria rio-grandense” e em homenagem aos seus heróis de 1835, intitulado “Vinte de Setembro”, também encontramos a dicotomia da palavra pátria para designar tanto o Rio Grande do Sul quanto o Brasil. Intelectual (SIRINELLI, 2003) de grande prestígio no Rio Grande do Sul, Apolinário se esforça para louvar os “heróis do passado”. O destaque em negrito foi acrescentado neste artigo para destacar as dicotomias.

VINTE DE SETEMBRO

Saúdo, ó **pátria**, o majestoso dia
Em que viste por terra férrea algema
Do despotismo que suplanta os brios,
E a liberdade nos abraços prema.

Alva de redenção, manhã de glória,
Que o passado circunda de fulgores,
Primavera d’um povo entre os sorrisos
Da primavera a desfazer-se em flores!

Que de astros constelando o céu formoso
Do **pátrio pampa**, ninho da bravura!
E como hoje nas margens do presente
Luzeiro tão remoto assaz fulgural!

Já cinqüenta e sete anos tombaram
Da rapina clepsydra, gota a gota,
E quem inda não vê da tirania
A bandeira no chão desfeita e rôta?

Indigites sublimes do Rio Grande,
Manes de meus avós, augustas sombras,
Sois sempre vivos, sois o sol que fulge
De intérimas planícies nas alfombras.

Destes outrora exemplos de civismo
Que se podem imitar, nunca excedê-los,
Exemplos que perduram, são eternos,
Porque trazem em si eternos selos.

Ó como és imortal, Bento Gonçalves,
Não morreste, não morrem altos feitos,
E ainda que se perdesse a liberdade,
Viverias do Sul em nobres peitos.

Vives e viverás, tua memória
É mais que o farelhão dos oceanos,
Este a vaga corrói, batendo sempre,
És gládio sempre à face dos tiranos

Bento Gonçalves, tu fizeste um povo,
E nossas glórias são as glórias tuas;
Se temos tradições, a ti devemos,
Sempre contra opressões nos tumultuas.

No entanto, quem dissera! Triste lousa
Não indica ao Rio Grande teu jazigo!
Não vão ali, com devera ser-lo,
Derramar sobre a campa pranto amigo.

Nem sequer num recanto foste esguio
Se mostra como humilde monumento!
Nada! Nada! Tu és um pergaminho
Na poeira fatal do esquecimento!

É tempo, rio-grandenses, de cumprirmos
Os deveres de filhos; em estátuas
Erguidas ao passado, demonstrarmos
Que não nos prendem só as glórias fátuas

Relembremos aos pósteros, ao mundo,
Os que morrem ou passaram riscos;
Aos heróis desse ciclo de epopéias
Levantemos colunas e obeliscos.

Erguer-lhes monumentos, é nobre culto,
É um templo erigido à liberdade,
É dívida que paga-se ao passado,
É um preto de amor e de saudade,

Ó quem, como eles, no Brasil inteiro,
Bateu-se por espaços de dez anos?
Só mesmo convicção profunda, imensa,
E só mesmo idéias americanas!

Inconfidentes, o que são, dizei-nos,
Comparados aos nossos que verteram
Em borbotões o sangue num decênio,
Em que eles aos milhares pereceram?

Só Bahia, Pará e Pernambuco,
Por uma causa morreram combatendo;
Só eles têm idéias, têm princípios,
Só eles pela **pátria** vão morrendo.

Eu vos saúdo, Vinte de Setembro,
Glória de minha terra e glória minha,
E hoje que se memora o grande dia,
Tens todo o culto e amor que em mim se aninha
(A REFORMA, 20 set. 1892: 1).

No poema, o Rio Grande do Sul é apresentado como o Estado mais patriótico do Brasil, onde o “pátrio pampa” lutou pela “pátria” brasileira. Apolinário, em um verdadeiro “culto aos heróis”, quer que se construam obeliscos, colunas e estátuas a esses lutadores. Locais estes que seriam verdadeiros “templos à liberdade”. Seriam os lugares da memória para o povo do Rio Grande do Sul, como definiu Pierre Nora (1993: 7-28).

As formas de representação simbólica são importantes para se pensar sobre como uma palavra tão empregada e conceituável como “povo” pode ser utilizada de distintas formas para se legitimar politicamente. O primeiro passo para se compreender o que está em jogo nos usos de certas categorias é atentar para o fato de que o “povo” ou o “popular” é um dos alvos que estão em jogo na luta entre os intelectuais políticos. Pois o fato de estar ou de se sentir autorizado a falar do “povo” ou para o “povo” (no duplo sentido: para o “povo” e no lugar do “povo”) pode constituir, por si só, uma força nas lutas internas dos diferentes campos, político, religioso, artístico, entre outros. “Mas evidentemente é no campo político que o uso do ‘povo’ e do ‘popular’ é mais diretamente rentável” (BOURDIEU, 1990: 181-187). As disputas pelo poder de dar sentido e de fazer crer estão constantemente em disputas por grupos sociais rivais.

[...] lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e desfazer grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a identidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 1998: 113).

Lembremos que Júlio de Castilhos, principal alvo dos artigos de *O Rio-Grande e A Reforma*, também utilizou como referência histórica para a proclamação da Constituição Estadual do Rio Grande do Sul o dia 14 de julho de 1891, mesma data em que se comemoraria o centenário da Revolução Francesa.

FONTES

A REFORMA. Porto Alegre, 20 set. 1892. Acervo de Jornais Raros do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHC), Porto Alegre.

O GUAÍBA. Guaíba, 21 set. 2008, p. 1. (Acervo da Biblioteca Pública de Guaíba).

O RIO-GRANDE. Porto Alegre, 19 set. 1891. Acervo de Jornais Raros do Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa (MCSHC), Porto Alegre.

PAIM, Paulo. Saudade dos farrapos. *Zero Hora*, Porto Alegre, 20 set. 2008 (MCSHJC).

RIGOTTO, Germano. Identidade gaúcha. *Correio do Povo*, Porto Alegre, 17 set. 2008 (MCSHJC).

TREIN, Sérgio Roberto; BAGGIOTTO, Mayra Cristina. A apropriação do mito do gaúcho nos programas eleitorais de rádio ao governo do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), em 2006. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA REGIÃO SUL, 8. *Anais...* Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, Passo Fundo, 2007.

REFERÊNCIAS

ALVES, Francisco das Neves. A pequena imprensa rio-grandina ao final do século XIX: a presença do jornalismo político-partidário. *Biblos*, Rio Grande, n. 9, p. 45-58, 1997.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (Org.). *Enciclopédia EINAUDI*. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *O poder simbólico*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CARVALHO, José Murillo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

_____. Os três povos da República In: CARVALHO, Maria Alice Resende de (Org.). *República no Catete*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2002.

CATROGA, Fernando. *Nação, mito e rito: religião civil e comemoracionismo*. Fortaleza: Nudoc-UFC, 2005.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. *Práticas de leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996.

CHARTIER, Roger; CAVALLLO, Guglielmo. (Org.). *História da leitura no mundo ocidental 1*. São Paulo: Ática, 1998.

- COSTA, Marcos Vinícius da. *A Revolução Federalista (1893-1895): o contexto platino, as redes, os discursos e os projetos políticos liberal-federalistas*. Santa Maria, 2006, 290f. Dissertação [Mestrado em História] – Universidade Federal de Santa Maria.
- DARTON, Robert; ROCHE, Daniel. *Revolução impressa (1775-1800)*. São Paulo: EDUSP, 1996.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- ESCOBAR, Wenceslau Pereira. *Apontamentos para a história da Revolução Rio-grandense de 1893*. Brasília: UnB, 1983.
- FÉLIX, Loiva Otero. *Coronelismo, borgismo e cooptação política*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- FLORES, Élio Chaves. *Violência, discurso e ação política no Brasil Meridional: 1892-1923*. Porto Alegre, 1992. Dissertação [Mestrado em História] – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- GIRARDET, Raol. *Mitos e mitologia política*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- HALBSWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARTOG, François. *O Século XIX e a História: o caso de Fustel de Coulanges*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2003.
- HARTOG, François; REVEL, Jacques (Org.). *Les usages politiques du passe*. Paris: EHESS, 2001.
- HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Org.). *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.
- LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanesi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- MIRANDA, Márcia Eckert; LEITE, Carlos Roberto (Orgs.). *Jornais raros do MUSECOM: 1808-1924*. Porto Alegre: Comunicação Imprensa, 2008.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Apolinário Porto Alegre por Maria Eunice Moreira*. Porto Alegre: IEL, 1989.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia L. As festas que a república manda guardar. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, v. 2, n. 4, p. 175-176, 1989.
- PAIXÃO CÔRTEZ, João Carlos. *Origem da Semana Farroupilha: primórdios do movimento tradicionalista*. Porto Alegre: Evangraf, 1994.
- PESAVENTO, Sandra Jatthy. *A Revolução Federalista*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- PISTOIA, Cristiane Debus. *Violência física, material e moral no Rio Grande do Sul (1889-1920)*. Porto Alegre, 2009. 209f. Dissertação [Mestrado em História] – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- PORTO ALEGRE, Aquiles. *Homens ilustres do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: ERUS, 1976.

REBOL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução de Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

RIBEIRO, Nely. *Jornais gráficos (RS: 1827-1900): O Jornal em Santa Maria (1883-1992)*. Santa Maria: Imprensa Universitária/UFSM, 1992.

ROSSATO, Luciana. *Imagens construídas: imaginário político e discurso federalista no Rio Grande do Sul*. Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVEIRA, Cássia Daiane Macedo da. *Dois pra lá, dois pra cá: o Parthenon Litterario e as trocas entre literatura e política na Porto Alegre do século XIX*. Porto Alegre, 2008. 189f. Dissertação [Mestrado em História] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

ZALLA, Jocelito. *O centauro e a pena: Luiz Carlos Barbosa Lessa (1929-2002) e a invenção das Tradições Gaúchas*. Porto Alegre, 2009. 320f. Dissertação [Mestrado em História] – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.